

Portugal busca “solução” para escapar às obrigações de solidariedade do Pacto de Migrações e Asilo

www.publico.pt

O Governo está a tentar negociar com Bruxelas uma “solução” que lhe permita escapar às obrigações de recepção de migrantes que aguardam o processamento dos seus pedidos de asilo em centros de acolhimento na Grécia, Chipre, Itália e Espanha, conforme o [acordo](#) fechado no Conselho da União Europeia para a aplicação do novo mecanismo de solidariedade do Pacto para as Migrações e Asilo, que vai ser adoptado na próxima semana com o voto contra de Portugal.

“Nós apoiámos a existência de um [mecanismo de solidariedade](#). Mas votámos contra [a proposta que define a quota-parte de cada Estado-membro chamado a prestar solidariedade aos países da linha da frente] porque a avaliação da Comissão não descreve a situação portuguesa de forma adequada”, justificou o ministro da Presidência do Conselho de Ministros, António Leitão Amaro, que esta quarta-feira repetiu que a oposição de Portugal não tem a ver com “as escolhas” ou a “filosofia” deste novo mecanismo.

Num discurso na segunda conferência da Aliança Global contra o Tráfico de Migrantes, em Bruxelas, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, com o acordo para a aplicação do novo mecanismo de solidariedade, que classificou como “um passo crucial” para o “início da implementação do Pacto para as Migrações e Asilo” a partir do próximo ano.

Os Estados-membros acertaram, na segunda-feira, os termos de referência para a solidariedade obrigatória que terá de ser prestada no próximo ano aos quatro Estados-membros que se encontram em situação de pressão migratória: a transferência (relocalização) de 21 mil refugiados, ou 420 milhões de euros em contribuições financeiras. Portugal, tal como a Hungria e a Eslováquia, opôs-se ao acordo.

O ministro da Presidência disse que a posição de Portugal não é “uma rebelião contra as regras”, mas salientou que “ninguém quer mecanismos ou regras que sejam aplicadas a situações que não existem”: quando Bruxelas apresentou o primeiro relatório anual sobre as migrações e asilo, o Governo apresentou imediatamente as suas objecções e pediu uma revisão das conclusões do documento.

“Podemos confirmar que Portugal solicitou uma reavaliação, tal como fizeram outros Estados-membros. A Comissão está a avaliar esses pedidos e comunicará os resultados dessas avaliações em devido tempo”, disse ao PÚBLICO uma fonte do executivo comunitário. Ao mesmo tempo, lembrou que quando a decisão de execução do Conselho da UE (até ao dia 31 de Dezembro), serão conhecidos “todos os pormenores” do acordo, “incluindo os números exactos e a distribuição da solidariedade entre os Estados-membros”.

A objecção do Governo tem a ver com a classificação da situação migratória do país, que segundo António Leitão Amaro, assentou em informação estatística desactualizada. Além das informações fornecidas pelas autoridades nacionais, a Comissão recorreu a dados do Serviço Europeu de Acção Externa, do Eurostat e de outras agências da UE, como a Frontex.

No relatório, Bruxelas identificou os quatro países que se encontram em situação de “pressão migratória”, e por isso podem accionar o mecanismo de solidariedade; os seis que têm uma “pressão significativa” em função dos números acumulados nos últimos cinco anos, e podem obter uma dedução total ou parcial das suas contribuições; e ainda os doze que estão “em risco”, em função do aumento de entradas irregulares no último ano ou por serem alvo de manobras de instrumentalização de migrantes.

Portugal ficou de fora destes três grupos – e segundo Leitão Amaro não devia. “A avaliação da Comissão era dirigida ao passado e os dados que teve em consideração foram essencialmente até à Primavera deste ano”, criticou o ministro, explicando que os dados actualizados pelo Governo no Verão levariam o executivo comunitário a concluir que “Portugal estaria numa situação em que poderia estar excluído das obrigações de recepção” do mecanismo de solidariedade.

“No Verão tivemos que tratar cerca de um milhão de processos pendentes, em especial 440 mil manifestações de interesse que estavam escondidas numa pilha, onde encontrámos cerca de 20 mil movimentos secundários, quando o que estava registado pela Comissão [no relatório] era zero”, apontou Leitão Amaro. “Também descobrimos que não estávamos a fazer apenas 400 retornos, que a Comissão tinha como estatística. No ano de 2025 fizemos 23 mil”, acrescentou.

Segundo o ministro, “os números que estamos a tirar da gaveta implicam um processo de adequação”, e por isso o Governo pretende “ver como é possível, dentro das regras de flexibilidade do mecanismo, encontrar uma solução para acomodar a situação que temos”, frisou, lembrando que actualmente existem cerca de 8000 pedidos de protecção

internacional por processar, e a capacidade de acolhimento de Portugal é de 300 indivíduos.